



ARTE E IDENTIDADE: IMPACTOS DAS BELAS ARTES EM CIDADES DE MÉDIO E PEQUENO PORTES

Luis Otavio Oliveira Novaes

Lidiane Espíndula

Curso: Arquitetura e Urbanismo

Período: 9º Área de Pesquisa:

Artes

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compreender o impacto das belas artes no desenvolvimento cultural de cidades de pequeno e médio portes do sudeste brasileiro. Para tanto, adotou-se abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica de autores que discutem as relações entre arte, cultura e desenvolvimento urbano, e em análise comparativa de experiências culturais em Conservatória (RJ), Ouro Preto (MG), Mariana (MG) e Paraty (RJ). Foram coletados dados em artigos acadêmicos, relatórios institucionais e planos de gestão cultural, permitindo identificar práticas exitosas e desafios na atuação de institutos de belas artes e eventos artísticos. Os resultados indicam que a promoção de serestas e festivais musicais em Conservatória fortalece a identidade local e impulsiona o turismo cultural; que em Ouro Preto e Mariana a integração entre ensino artístico e preservação do patrimônio histórico fomenta a economia criativa e a participação comunitária; e que em Paraty o Festival Literário Internacional de Paraty desencadeia redes de produção cultural diversificada. Conclui-se que investimentos em instituições de belas artes e em programação cultural contribuem para a geração de empregos, o fortalecimento da coesão social e o aumento da autoestima coletiva, tendo ainda como efeito a revitalização de espaços urbanos. Recomenda-se que gestores públicos incorporem políticas culturais permanentes como estratégia de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento Cultural. Cidades de Pequeno e Médio Portes. Economia Criativa. Institutos de Belas Artes.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de uma sociedade está diretamente ligado ao acesso à arte e ao conhecimento. A arte e a cultura têm um papel fundamental no crescimento de pequenas e médias cidades, ajudando a criar identidade, movimentar a economia e fortalecer a comunidade. Quando uma cidade investe em espaços culturais, como centros de arte, teatros e museus, ela não está apenas preservando sua história, mas também criando novas oportunidades para os moradores. Festivais, eventos culturais e feiras atraem visitantes, impulsionam o comércio local e incentivam novos negócios. Além disso, quando a população tem acesso à arte e à educação cultural, ela se sente mais conectada ao lugar onde vive, desenvolve criatividade e se envolve mais com a comunidade. Interpretar as manifestações artísticas e culturais como fenômenos sociais complexos, que envolvem valores, práticas simbólicas e construções identitárias próprias de cada território, também permite compreender de maneira mais profunda as necessidades culturais locais. Ou seja, a cultura não é só entretenimento, também transforma cidades, gera empregos e melhora a qualidade de vida de quem mora nelas. Ao longo do tempo, diversos pesquisadores destacam como a arte influencia a formação cultural, as artes visuais, a música e o teatro são ferramentas poderosas para reforçar a identidade cultural e fortalecer laços sociais. Como afirma Bourdieu (1996), a arte não existe em um vácuo, mas está inserida em um “campo artístico”, onde diferentes agentes disputam o poder de definir o que é considerado arte e o que não é. Essa disputa não é meramente estética, mas também política e econômica, refletindo as hierarquias e desigualdades presentes na sociedade.

Apesar da importância da arte na prática, nem sempre recebe a atenção e o apoio que merece. A falta de investimento em espaços culturais, o pouco incentivo à arte nas escolas e a ausência de políticas públicas eficazes acabam dificultando seu impacto na sociedade. Em muitas comunidades, as pessoas não têm acesso a teatros, museus ou projetos artísticos, o que limita suas chances de expressão e convivência. Além disso, a cultura muitas vezes fica em segundo plano quando se trata de distribuição de recursos públicos, tornando ainda mais difícil a criação de iniciativas que poderiam aproximar as pessoas e fortalecer os laços sociais.

A valorização da arte e da cultura como ferramentas de desenvolvimento social e econômico tem sido amplamente discutida por pesquisadores. Richard Florida (2002) introduziu o conceito de “classe criativa”, enfatizando que trabalhadores com habilidades criativas e inovadoras são impulsionadores do crescimento econômico. Ele argumenta que “a criatividade é uma habilidade crucial em uma economia baseada no conhecimento e que a classe criativa detém a chave para o crescimento econômico e a competitividade” (Florida, 2002, p.8). Além disso, Charles Landry (2008) destaca que “quando o mundo está mudando drasticamente, precisamos repensar o papel das cidades e de seus recursos e como o planejamento funciona” (Landry, 2008, p.9). Dessa forma, é evidente que a arte e a cultura não são apenas expressões simbólicas, mas também instrumentos essenciais para o crescimento sustentável e o fortalecimento das relações sociais.

2. O PAPEL DA CULTURA NO FORTALECIMENTO DAS CIDADES

2.1. Cultura e Desenvolvimento Social.

A arte e a cultura são muito mais do que formas de lazer ou entretenimento: fazem parte da essência de uma comunidade, ajudam a contar sua história e têm o poder de transformar vidas. Em cidades pequenas e médias, esse papel é ainda mais visível, pois a cultura pode ser o elo que une moradores, promovendo sentimento de pertencimento, cidadania e orgulho local. Como lembra Bourdieu (1996, p. 45), a arte está inserida em um “campo artístico” no qual diferentes grupos disputam o poder de definir o que é ou não é arte, refletindo desigualdades sociais, políticas e econômicas.

Quando políticas públicas incentivam a cultura, a comunidade se fortalece por meio de projetos artísticos, oficinas e centros culturais, que se tornam espaços de encontro e troca de saberes. Nesse sentido, Santos E Silva (2021, p. 50) destacam que “a economia criativa contribui para gerar emprego, inclusão social e inovação, fortalecendo a diversidade cultural e a sustentabilidade local”.

Entende-se ainda cultura como “prática do espaço”: um modo de reorganizar ruas, praças e patrimônios, dando-lhes novas funções. Para Closs e Rocha-de-oliveira (2018, p. 660), “a economia criativa atua como prática de espaço, oferecendo perspectivas críticas para políticas públicas de distritos criativos no Sul global”.

A consolidação de distritos criativos e polos de inovação cultural, mesmo em escala reduzida, provoca efeito em cadeia: reunindo artistas, empreendedores e cidadãos em torno de objetivos comuns, essas iniciativas reforçam vínculos comunitários e ampliam o sentimento de pertencimento. Como mostram BARBOSA et al. (2020, p. 120), “cidades criativas e seus distritos têm se tornado estratégia central para o desenvolvimento urbano e social em diferentes contextos”.

Estudos de aglomerações criativas em municípios médios brasileiros indicam potencialidades e limites nessas regiões. Segundo Pereira et al. (2019, p. 95), “a análise de clusters criativos melhora a compreensão das dinâmicas locais da economia criativa, apontando desafios como infraestrutura cultural e financiamento”.

Dessa forma, fica claro que, além de eventos isolados, é a construção de redes locais de cooperação cultural seja em Conservatória, Paraty, Mariana ou Ouro Preto que sustenta um desenvolvimento social efetivo e sustentável.

2.2. Economia Criativa e Sustentabilidade Urbana.

O conceito de economia criativa tem ganhado força nos últimos anos por mostrar como ideias, talentos e expressões culturais podem impulsionar o desenvolvimento econômico de forma sustentável. Florida (2002) introduziu a ideia de “classe criativa”, formada por pessoas que atuam com inovação, tecnologia, cultura e design. Segundo ele, a criatividade é uma habilidade essencial em uma economia do conhecimento, sendo o motor que impulsiona a inovação e a competitividade das cidades.

Nas cidades menores, onde há carência de grandes indústrias ou infraestrutura robusta, iniciativas criativas e culturais se mostram alternativas viáveis e eficazes. A valorização da cultura local, o estímulo ao turismo cultural e o apoio a artistas e empreendedores locais ajudam a dinamizar a economia. Castro e Benini (2024) argumentam que a economia criativa de base territorial, quando orientada por políticas públicas e participação comunitária, tem potencial para gerar transformações estruturais sustentáveis e socialmente inclusivas.

Além disso, a economia criativa permite que diferentes grupos sociais sejam incluídos no processo produtivo, incentivando a diversidade cultural e o surgimento de novas formas de trabalho. Isso amplia as oportunidades, especialmente em cidades que enfrentam dificuldades econômicas ou falta de investimentos em setores tradicionais. O impacto positivo pode ser percebido tanto na geração de empregos quanto na promoção da autoestima das comunidades envolvidas.

Outro aspecto importante é a sustentabilidade urbana, que se conecta profundamente à economia criativa e ao desenvolvimento local das cidades. Quando as cidades optam por investir em práticas culturais sustentáveis, não apenas preservam seus recursos naturais e culturais, como também fortalecem a economia local, gerando oportunidades para a população. Essa visão mais ampla da sustentabilidade contempla as dimensões econômica e social, contribuindo para um desenvolvimento equilibrado e duradouro.

Projetos culturais que seguem princípios sustentáveis frequentemente geram empregos locais, estimulam o empreendedorismo cultural e incentivam que o dinheiro circule dentro da própria comunidade. Esse ciclo positivo favorece o surgimento e o crescimento de negócios ligados à economia local, como ateliês artísticos, centros culturais, restaurantes típicos e iniciativas de turismo cultural, valorizando a identidade específica de cada região.

Segundo Moreira e Silva (2021), práticas artísticas em comunidades vulneráveis têm capacidade de impulsionar a economia local ao mesmo tempo em que fortalecem os laços sociais, valorizam a identidade cultural e promovem inclusão social e bem-estar. Dessa maneira, investir na sustentabilidade urbana por meio da cultura é garantir não apenas a conservação do meio ambiente, mas também proporcionar condições para que as comunidades sejam economicamente resilientes, socialmente justas e culturalmente vivas e dinâmicas.

Quando pensamos em cultura como agente de transformação, logo percebemos seu poder de regenerar não só a alma da cidade, mas também seus espaços físicos. Matarazzo (2020, p.23) ressalta que “os distritos criativos mais eficazes são aqueles que incorporam estratégias de regeneração urbana, conectando a produção cultural à requalificação de espaços públicos” (Matarazzo, 2020, p. 23). Em muitas localidades, essa regeneração ganha forma em murais pintados com tintas ecológicas que revestem muros antes abandonados e em hortas comunitárias que florescem em terrenos baldios, convidando moradores a se reencontrarem com sua própria paisagem e a assumirem, juntos, a responsabilidade pela conservação do entorno.

Além disso, eventos culturais estão se reinventando para abraçar de vez a economia circular, em vez de ampliar a pilha de resíduos, festivais adotam copos reutilizáveis, estações de coleta seletiva e parcerias com cooperativas de reciclagem que transformam sobras de madeira, tecido e papel em novos artefatos. Nesses encontros, oficinas de upcycling e rodas de conversa sobre mudanças climáticas reforçam o papel da cultura não apenas como entretenimento, mas como protagonista de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

2.3. Planejamento Urbano e Instituições Culturais.

Espaços de cultura como bibliotecas, teatros, museus e escolas de arte são fundamentais para o bem-estar coletivo e o desenvolvimento das cidades. Eles não apenas oferecem acesso ao conhecimento e estimulam a criatividade, mas também

funcionam como polos de inclusão social. Como ressaltam Trindade E Andrade (2001, p. 3–4), “o conjunto de bibliotecas públicas, museus, teatros, cinemas, emissoras de rádio, provedores de Internet e outros serviços constituem a infraestrutura básica para a difusão cultural à população”. Adicionalmente, estudos sobre a distribuição dessa infraestrutura no Brasil confirmam que “a infraestrutura voltada para a difusão cultural à população era desigual entre municípios, evidenciando lacunas especialmente em cidades de médio porte, onde faltam tanto bibliotecas quanto centros culturais” (TRANSINFORMAÇÃO, 2004, p. 50).

Quando esses equipamentos são planejados e articulados no plano diretor municipal, criam-se corredores de circulação cultural que reforçam o sentimento de pertencimento. Na análise de Morfologia Urbana E Crescimento Periférico Nas Cidades Médias (2022, p. 330), observa-se que “o planejamento urbano-regional, ao fortalecer cidades médias e pequenas, permite a criação de polos culturais dinâmicos que organizam suas regiões de influência, evitando o esvaziamento dos centros históricos”.

Paralelamente, o direito à cidade — entendido como o acesso de todos aos benefícios urbanos ressalta a necessidade de políticas culturais que humanizem o espaço público. Segundo Sousa E Lima (2021, p. 12), “é essencial que as políticas públicas urbanas promovam a humanização das cidades, garantindo o bem-estar dos cidadãos por meio de equipamentos culturais acessíveis e diversificados”. Em Paraty, Mariana, Ouro Preto e Conservatória, pequenas galerias em praças centrais e residências artísticas têm demonstrado como a cultura pode revitalizar bairros historicamente negligenciados.

Para que toda essa infraestrutura se traduza em impacto social, é necessário que o planejamento urbano integre cultura, mobilidade e uso do solo. Estudos sobre clusters culturais em municípios médios indicam que “a análise das tipologias de aglomerações criativas contribui para o entendimento da economia criativa no Brasil, apontando potencialidades e limites nesses territórios” (NECO, 2010, p. 95). Em cidades históricas mineiras, escritórios de patrimônio, cooperativas de artesãos e escolas de arte reunidos em torno de circuitos culturais têm ampliado o alcance de projetos como os festivais de seresta e as mostras de arte sacra, garantindo ganhos sociais e econômicos duradouros.

2.4. Desafios para a Democratização do Acesso à Cultura.

Apesar do amplo reconhecimento do valor da arte e da cultura, persistem barreiras significativas ao acesso universal em cidades de pequeno e médio portes. A escassez de recursos orçamentários e a falta de continuidade nas políticas culturais fazem com que muitos equipamentos bibliotecas, teatros e centros culturais funcionem de forma precária ou sejam simplesmente desativados. Como evidenciam PEREIRA et al. (2019, p. 92), “a desconexão entre as diretrizes de editais culturais e as condições locais de execução inviabiliza programas que poderiam fomentar o surgimento de redes criativas em municípios médios”.

Além disso, o financiamento das atividades culturais no Brasil divide-se em dois paradigmas clássicos: o público, com recursos estaduais ou federais, e o mercantil, baseado em incentivos à iniciativa privada. Segundo análise de Revista Dados (2012, p. 110), “o modelo público muitas vezes sofre com burocracia e liberação tardia de verbas, enquanto o mercantil reprova iniciativas não comerciais, deixando lacunas que prejudicam a manutenção de espaços culturais de base comunitária”.

Essa oscilação nos fluxos de financiamento contribui para que programas pontuais festivais, residências artísticas e oficinas percam continuidade, fragilizando a cadeia produtiva local. Para garantir a sustentabilidade dessas redes, Matarazzo (2020, p.28) reforça que “o apoio institucional contínuo é fundamental para a manutenção de espaços culturais e o fortalecimento de redes criativas em contextos urbanos diversos”.

Nesse sentido, recomenda-se a criação de fundos municipais de cultura com dotação orçamentária fixa e mecanismos de participação popular na definição de prioridades, além de incentivos fiscais para empresas locais que patrocinem projetos culturais de base territorial. Essas medidas ajudam a consolidar instituições como os Institutos de Belas Artes — responsáveis por formar artistas e agentes culturais e a tratar a arte como direito social, promovendo cidades mais justas, criativas e resilientes.

2.5. A Arte como Ferramenta de Transformação Social.

A arte tem o poder de sensibilizar, de provocar e de unir. Quando presente no cotidiano das cidades, especialmente nas de pequeno e médio portes, ela ajuda a criar espaços de escuta, de convivência e de transformação. Nesse sentido, autores como Anzolin e Lima (2023) afirmam que a arte, quando incorporada ao planejamento urbano, “contribui para a construção de cidades mais justas, inclusivas e resilientes”. Isso porque ela estimula a participação cidadã e a reflexão crítica sobre o ambiente e as relações sociais.

Como demonstram Moreira e Silva (2021), práticas artísticas comunitárias fortalecem a arte promovendo o engajamento social ao permitir que comunidades expressem suas realidades e suas histórias. Segundo eles, “a expressão artística fortalece o vínculo com o território e fomenta a autoestima coletiva, especialmente em contextos de vulnerabilidade”. Em cidades menores, onde muitas vezes há carência de políticas sociais, a arte pode ser o ponto de partida para o empoderamento das populações locais.

A valorização das manifestações culturais populares, como o artesanato, a música regional, as danças folclóricas e os saberes tradicionais, também são uma forma de inclusão. Esses elementos carregam identidades, histórias e modos de vida que, quando reconhecidos, ajudam a construir uma sociedade mais diversa e integrada.

Outro ponto fundamental é reconhecer o papel da arte como espaço de aprendizagem complementar, capaz de desenvolver habilidades cognitivas, emocionais e sociais de forma abrangente. Oficinas, saraus, exposições e rodas culturais funcionam como ambientes educativos informais, levando conhecimento e convivência para além dos muros escolares e alcançando pessoas em contextos nos quais a educação convencional por vezes não chega com a mesma intensidade (UNESCO, 2019, Glossário).

Dessa forma, é evidente que a valorização da arte e da cultura não é apenas uma questão estética ou simbólica, mas estratégica para o desenvolvimento. Ela promove inclusão, estimula a economia, fortalece identidades e transforma realidades. Cabe ao poder público, às instituições de ensino e à sociedade civil unir esforços para garantir que a cultura esteja presente em todos os cantos, como um direito de todos e um bem comum a ser protegido e cultivado.

2.6. A importância dos Institutos de Belas Artes no desenvolvimento cultural local.

Os Institutos de Belas Artes têm desempenhado um papel estratégico na promoção do desenvolvimento cultural em cidades de pequeno e médio portes. Esses espaços não apenas formam artistas e educadores, mas também funcionam como centros de dinamização cultural, ampliando o acesso à arte e fomentando a criação artística em suas diversas linguagens. Segundo Anzolin e Lima (2023), a inserção da arte no planejamento urbano é vital para garantir cidades mais resilientes e integradas, destacando a relevância dessas instituições culturais.

Quando integrados ao cotidiano das comunidades, os Institutos de Belas Artes tornam-se vetores de transformação. Por meio de cursos, oficinas, exposições, mostras e projetos de extensão, aproximam a população da produção artística e incentivam o surgimento de novos talentos. De acordo com Moreira e Silva (2021), tais práticas fortalecem a identidade cultural local, promovem o diálogo intergeracional e ajudam na preservação da memória cultural, elementos fundamentais para a construção de identidades coletivas sólidas.

Esses institutos frequentemente atuam como uma ponte essencial entre a população e as políticas públicas, contribuindo para a formulação de projetos culturais alinhados às necessidades reais dos territórios. Ao ocuparem um papel ativo na vida urbana, tornam-se polos de cultura, qualificando o espaço público e revitalizando áreas antes desvalorizadas ou subutilizadas, conforme defendido por Landry (2008).

Outro aspecto relevante é o impacto na economia local. Florida (2002) argumenta que a criatividade e o talento impulsionam significativamente o desenvolvimento econômico local. Nesse sentido, através da formação de profissionais das artes, esses centros fortalecem a economia criativa, geram renda e promovem a profissionalização de artistas e produtores culturais. Com isso, contribuem não apenas para o enriquecimento simbólico das cidades, mas também para um desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo.

Portanto, os Institutos de Belas Artes são fundamentais na estruturação de políticas culturais eficazes e inclusivas, funcionando como motores do desenvolvimento cultural, social e econômico. Sua valorização e fortalecimento devem ser prioridade nas estratégias de gestão cultural, especialmente em cidades onde o acesso à arte e à cultura ainda é limitado.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, centrada na compreensão dos impactos socioculturais das Belas Artes em cidades de pequeno e médio portes. A principal técnica adotada foi a pesquisa teórica conceitual, utilizando obras de autores contemporâneos que discutem as relações entre arte, cultura, planejamento urbano e economia criativa, tais como Bourdieu (1996), Florida (2002), Landry (2008), entre outros.

Esses autores foram selecionados com base em sua relevância e contribuição para o entendimento do papel das Belas Artes na formação social e cultural das cidades.

Além disso, é realizada uma análise comparativa de experiências culturais em cidades

que possuem Institutos de Belas Artes ou equipamentos culturais equivalentes. Essa análise identifica práticas exitosas, desafios enfrentados e os impactos dessas instituições no desenvolvimento cultural, social e econômico das cidades.

Os dados para a análise dos casos são coletados a partir de fontes, como artigos acadêmicos, relatórios institucionais, planos de gestão cultural, notícias e materiais divulgados por órgãos públicos e instituições culturais que estão relacionados às cidades. Cidades como Conservatória (RJ), Ouro Preto (MG), Mariana (MG) e Paraty (RJ), foram escolhidas como referências comparativas neste trabalho devido à forma como integraram a cultura e as artes em seus projetos de planejamento urbano e desenvolvimento local. Em todas elas, a valorização da identidade cultural por meio das artes visuais, da música, do teatro e da educação artística se mostrou uma ferramenta eficaz para estimular o pertencimento, a participação cidadã e a mobilização comunitária.

4. DADOS E DISCUSSÃO

4.1. Conservatória: identidade musical e revitalização urbana

A primeira cidade estudada é Conservatória, um distrito de Valença, localizado na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Com cerca de 4.182 habitantes (IBGE, 2023), Conservatória se classifica como uma pequena cidade, mas exerce um impacto cultural que supera suas dimensões demográficas. Conhecida nacionalmente como a “Cidade das Serestas”, ela se destaca pela preservação de uma tradição musical que remonta ao século XIX, quando trovadores levavam poesia e canções de porta em porta.

O que chama a atenção em Conservatória é justamente essa vivência comunitária em torno da música. As casas de seresta pequenas apresentações noturnas em ambientes íntimos funcionam como verdadeiros palcos a céu aberto, integrando moradores e visitantes em um mesmo ritual de celebração da arte (VALENÇA). Essa característica reforça a noção de “campo artístico” proposta por Bourdieu (1996), em que diferentes agentes disputam e constroem coletivamente o sentido do que é arte naquele território (Bourdieu, 1996, p. 85).

Sob o ponto de vista econômico, Conservatória revela-se um caso singular de economia criativa baseada em patrimônio imaterial (Castro & Benini, 2024, p. 68). Conforme argumentam Castro e Benini (2024, p. 68), a valorização de expressões culturais locais pode fomentar um ciclo virtuoso de turismo, geração de renda e empreendedorismo cultural. Em Conservatória, pousadas temáticas, ateliês de música e pequenos restaurantes se beneficiam diretamente do fluxo de turistas atraídos pelas serestas, exemplificando como cultura e economia podem caminhar juntas.

Além disso, o modelo de festivais de seresta e eventos literários promovidos pela Associação Cultural Conservatória segue planejamento cultural sustentável descrito por Matarazzo (2020). Os festivais de Conservatória são, antes de tudo, celebrações profundamente comunitárias, em que a tradição da seresta se mistura a princípios de sustentabilidade e inclusão social. As serestas noturnas ocorrem em praças, calçadas e pátios de casarões coloniais, iluminadas por lanternas e luzes de cordão, sem palco formal ou cobrança de ingressos; artistas locais revezam-se tocando violão, cavaquinho e acordeão, enquanto moradores e visitantes circulam livremente, sentando-se em cadeiras emprestadas por cooperativas locais ou até mesmo no chão, participando ativamente do ritual musical (VALENÇA, 2017–2020, p. 57–58). Esse formato íntimo fortalece laços comunitários e reduz o impacto

ambiental: o som é mantido em níveis moderados e copos reutilizáveis, assim como estações de coleta seletiva, substituem descartáveis e incentivam práticas de economia circular (MATARAZZO, 2020, p. 22).

Ao estruturar programas de baixo impacto ambiental e alto engajamento comunitário, o distrito não só preserva seu patrimônio natural e histórico, mas também fortalece o sentimento de pertencimento local, reduzindo êxodo urbano e promovendo inclusão social (Matarazzo, 2020, p. 22).

Em termos de coesão social, as práticas artísticas em Conservatória ressoam com os achados de Moreira e Silva (2021, p. 45) sobre comunidades vulneráveis, demonstrando que projetos culturais bem articulados podem servir de estratégias de bem-estar coletivo e fortalecimento identitário. A participação ativa de jovens músicos em oficinas e saraus públicos reforça a autoestima e a continuidade intergeracional dessa tradição.

4.2. Paraty: festival literário e economia criativa diversificada

A segunda cidade é Paraty, situada no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, abriga cerca de 45 243 habitantes (IBGE, 2023) e é reconhecida internacionalmente por seu Centro Histórico colonial bem preservado. A cidade ganhou destaque cultural a partir da criação do Festival Literário Internacional de Paraty (FLIP), inaugurado em 2003 (FUNDAÇÃO FLIP, 2025), que rapidamente se consolidou como um dos mais relevantes eventos de literatura do Brasil.

Landry (2008, p. 30) define “cidade criativa” como aquela que reinventa seus recursos culturais para gerar inovação e sustentabilidade. Em Paraty, essa reinvenção se dá através de saraus de poesia, espetáculos de teatro de rua e intervenções artísticas que transformam praças e vielas em palcos espontâneos.

O sucesso do FLIP mobilizou pequenos ateliês de artes visuais, nascentes de galerias independentes e cooperativas de artistas, formando uma rede colaborativa de produção cultural (FUNDAÇÃO FLIP, 2023, p. 18–19). Castro e Benini (2024, p. 85) argumentam que esses circuitos criativos são essenciais para a consolidação de economias locais sustentáveis; em Paraty, o turismo literário e artístico alimenta pousadas temáticas, livrarias alternativas e oficinas de artesanato, movimentando diversos setores da economia.

Mais do que um festival pontual, o FLIP estabeleceu plataformas de formação: workshops de escrita criativa, cursos de encadernação artesanal e laboratórios de contação de histórias atendem tanto a moradores quanto a visitantes, ampliando a participação comunitária (FUNDAÇÃO FLIP, 2025). Matarazzo (2020, p. 24) ressalta que o planejamento cultural estruturado, quando associado a programação contínua, fortalece a coesão social e a autoestima local.

A gastronomia local também tem sido objeto de estudos acadêmicos: Santos e Oliveira (2019) mostram como restaurantes de Paraty passaram a incorporar ingredientes nativos e roteiros temáticos literários, gerando impacto direto na renda domiciliar de famílias artesãs. Além disso, Almeida e Ferreira (2021) analisam intervenções de arte pública — como murais e instalações efêmeras — que dialogam com a paisagem histórica e reforçam a identidade visual, atraindo investimento em programas de preservação do patrimônio.

Moreira e Silva (2021, p. 54) destacam que iniciativas culturais em destinos turísticos podem ser vetores de inclusão social e desenvolvimento sustentável. Em Paraty, programas de capacitação para jovens guias culturais e projetos de arte colaborativa em comunidades ribeirinhas demonstram como o turismo cultural faz a

ponte entre preservação ambiental, geração de renda e fortalecimento de vínculos locais.

Dessa forma, Paraty exemplifica como um festival literário pode ser catalisador de uma economia criativa diversificada, capaz de inspirar novas formas de arte, ampliar o acesso cultural e promover sustentabilidade social, econômica e patrimonial.

4.3. Mariana: patrimônio minerário e revitalização cultural

A terceira cidade é Mariana, cidade vizinha de Ouro Preto e também parte do circuito histórico de Minas Gerais, conta hoje com cerca de 61.387 habitantes (IBGE, 2023). Fundada em 1696, foi a primeira capital de Minas e preserva um rico patrimônio arquitetônico e cultural ligado ao ciclo do ouro, com igrejas barrocas, pontes antigas e casarões coloniais (IPHAN, s.d.).

O que distingue Mariana é a maneira como a comunidade local se articula para reinterpretar seu legado minerário como recurso cultural. Segundo Bourdieu (1996, p. 112), o campo artístico se forma quando agentes locais e externos disputam o significado das práticas simbólicas (BOURDIEU, 1996, p. 112), em Mariana, iniciativas de mapeamento de trilhas históricas, festas de cavalhadas e festivais de arte contemporânea convergem para ressignificar a memória coletiva. Esses eventos ocupam espaços antes negligenciados, como antigas casas de mineração e estações ferroviárias desativadas, transformando-os em polos de cultura e encontro (IPHAN, s.d.).

De acordo com Castro e Benini (2024, p. 88), a economia criativa de base territorial se fortalece quando associa produção cultural e turismo. Em Mariana, pequenas startups culturais, ateliês de restauração de peças históricas e agências de turismo de empreitada local geram empregos e diversificam a oferta turística, reduzindo a sazonalidade econômica (MARIANA, 2022).

Matarazzo (2020, p. 26) aponta que o planejamento cultural sustentável deve englobar parcerias público-privadas e participação comunitária; o Festival Mariana em Cena, por exemplo, é fruto de cooperação entre prefeitura, associações de moradores e patrocinadores privados, oferecendo teatro de rua, oficinas de máscara e mostras de cinema comunitário. Esse modelo fortalece a coesão social e assegura um calendário cultural permanente (MARIANA, 2022).

Moreira e Silva (2021, p. 57) destaca que práticas artísticas em territórios vulneráveis promovem autoestima e inclusão. Projetos de arte-educação em bairros periféricos utilizam o patrimônio arquitetônico como sala de aula a céu aberto, estimulando o protagonismo juvenil e a valorização do território (MOREIRA; SILVA, 2021, p. 57).

Dessa forma, Mariana demonstra como uma cidade de médio porte pode explorar seu passado histórico-minerário para fomentar a economia criativa, revitalizar espaços urbanos e consolidar um desenvolvimento cultural sustentável e participativo.

4.4. Ouro Preto: ensino artístico e preservação do patrimônio histórico

A quarta cidade é Ouro Preto, situada na Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, é uma cidade de porte médio com cerca de 74.821 habitantes (IBGE, 2023), cujo núcleo urbano foi reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1980 (UNESCO, 2025). Seu conjunto arquitetônico barroco, esculpido em pedra e talhado em madeira, revela um passado de riqueza oriunda do ciclo do ouro, cuja herança material e imaterial permeia hoje a vida cultural da população.

A cidade tem investido em políticas públicas voltadas ao fortalecimento das expressões artísticas locais. Por meio de editais municipais e parcerias com associações de artistas, iniciativas como ateliês comunitários de artesanato e oficinas de pintura colonial são oferecidas gratuitamente à população (OURO PRETO, 2021, p. 34–35). Landry (2008, p. 27) destaca que o engajamento do poder público em ações culturais é fundamental para criar ambientes urbanos resilientes e inclusivos, e em Ouro Preto isso se traduz na revitalização de espaços públicos degradados, transformados em galerias ao ar livre e centros de encontro para trocas artísticas.

Castro e Benini (2024, p. 80) apontam que essas redes de produção, alinhadas com o turismo cultural, geram emprego e renda, promovendo um circuito econômico sustentável que beneficia diretamente as comunidades locais.

Além das aulas em sala, os múltiplos museus como o Museu da Inconfidência e o Museu de Arte Sacra funcionam como laboratórios vivos. Anzolin e Lima (2023, p. 113) apontam que a apropriação desses espaços por eventos culturais fortalece a coesão social. Em Ouro Preto, exposições temporárias, sarais poéticos e concertos dentro de igrejas barrocas aproximam moradores e turistas numa experiência de imersão histórica e sensorial (OURO PRETO, 2025).

A extensão universitária reforça esse diálogo: oficinas de pintura colonial, gravação em metal e música barroca atendem tanto a estudantes quanto a grupos comunitários, promovendo intercâmbio intergeracional (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP, s.d.). Castro e Benini (2024, p. 79) destacam que tais iniciativas geram renda adicional para artistas emergentes e para empreendimentos culturais, movimentando ateliês, lojas de restauração e roteiros de turismo histórico.

O fluxo constante de visitantes interessados no patrimônio gera uma demanda que extrapola o âmbito acadêmico. Segundo Moreira e Silva (2021, p. 52), práticas artísticas inseridas em contextos de grande patrimônio histórico podem se tornar estratégias de sustentabilidade urbana, estimulando o comércio local e incentivando a notoriedade internacional da cidade. Em Ouro Preto, festivais como o Festival de Inverno e o Triângulo Festival reúnem públicos diversificados e reforçam o turismo cultural como eixo de desenvolvimento econômico.

A convivência cotidiana entre a comunidade e os equipamentos culturais das tradicionais aulas de viola caipira aos ateliês de joalheria contemporânea mostra que o ensino artístico em Ouro Preto vai além da transmissão de técnicas: ele reativa memórias, inspira novos olhares sobre o patrimônio e fortalece a identidade coletiva (DE OURO PRETO, 2021, p. 36). Ao harmonizar educação, cultura e preservação, Ouro Preto provê um modelo de desenvolvimento urbano sustentável, no qual o patrimônio histórico se torna catalisador de inovação social e econômica.

Ao comparar as cidades analisadas, é possível observar contrastes significativos quanto à população, estrutura e recursos culturais disponíveis. Conservatória (RJ), é a menor entre elas e se destaca pelo turismo musical baseado nas tradicionais serestas. Ouro Preto (MG) e Mariana (MG), compartilham uma forte ligação com o patrimônio histórico e o ensino das artes, sendo referências em arte barroca. Paraty (RJ), tornou-se símbolo de inovação cultural por meio da FLIP e seus desdobramentos em múltiplas expressões artísticas.

Além dessas análises, é importante destacar os efeitos indiretos que os investimentos em cultura provocam em outras áreas urbanas. Por exemplo, a requalificação de espaços ociosos para uso artístico estimula a segurança pública por meio da ocupação positiva do território. Do mesmo modo, o fortalecimento de eventos culturais frequentes gera uma agenda ativa que atrai visitantes, impulsiona o comércio e proporciona visibilidade a pequenos empreendedores locais. Em contextos de

vulnerabilidade social, esses eventos funcionam como instrumentos de acolhimento, escuta e construção de redes de solidariedade.

Outro aspecto observado diz respeito ao papel das artes no fortalecimento da educação básica. A presença de oficinas de arte, música e teatro em escolas municipais, não apenas estimula o aprendizado, como também desenvolve o pensamento crítico, a empatia e o trabalho em grupo.

Essas experiências revelam que o impacto das Belas Artes vai muito além da estética: trata-se de um processo de fortalecimento comunitário e reestruturação territorial. O fortalecimento de escolas de arte, a criação de institutos de belas artes, o apoio a artistas locais e a promoção de eventos culturais regulares são práticas que colaboram para a circulação de conhecimento, para a formação cidadã e para a dinamização da economia. Como demonstra Moreira e Silva (2021), práticas artísticas comunitárias fortalecem o vínculo entre as pessoas e seus territórios, promovendo autoestima e inclusão social.

Por fim, a importância de considerar a arte como um direito coletivo, e não como um privilégio. A democratização do acesso às Belas Artes depende da vontade política de integrar a cultura aos planejamentos urbanos e educacionais. Políticas culturais eficazes, ancoradas em formação técnica, inclusão social e reconhecimento da diversidade cultural, têm o potencial de transformar profundamente a realidade de cidades de pequeno e médio portes. O futuro dessas localidades pode estar diretamente ligado à forma como elas escolhem valorizar e integrar as artes em seus cotidianos.

5.CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo principal compreender o impacto das Belas Artes no desenvolvimento cultural de pequenas e médias cidades, explorando como a presença da arte pode influenciar positivamente a formação identitária, a inclusão social e a dinâmica econômica de diferentes territórios. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que as Belas Artes, quando integradas às políticas públicas, à educação e ao planejamento urbano, contribuem diretamente para a construção de cidades mais humanas, resilientes e criativas.

A partir da análise de casos como Conservatória, Ouro Preto e Paraty, identificou-se que a valorização das manifestações culturais locais, associada ao fortalecimento de instituições de ensino artístico e de eventos culturais, gera impactos significativos no cotidiano das comunidades. Esses impactos incluem a valorização do patrimônio cultural, o estímulo à economia criativa, o aumento da autoestima coletiva e a promoção de espaços de convivência e expressão. Tais resultados reforçam a ideia de que a arte não é um luxo, mas uma necessidade para o desenvolvimento integral das cidades.

Os Institutos de Belas Artes surgem, nesse contexto, como elementos fundamentais para a democratização do acesso à cultura e à formação artística. Além de oferecerem capacitação técnica e estética, esses espaços funcionam como catalisadores de inovação, reflexão e transformação social. A atuação dessas instituições em territórios vulneráveis ou carentes de equipamentos culturais demonstra sua importância estratégica para o equilíbrio urbano e para o fortalecimento do tecido social. Quando a arte passa a ser parte do cotidiano de uma cidade, ela transforma não apenas as paisagens, mas também os laços que unem as pessoas, fortalecendo sentimentos de pertencimento, memória e identidade.

Um dos aspectos mais importantes observados ao longo do trabalho é a capacidade das Belas Artes de atuar como ponte entre diferentes esferas da vida urbana: educação, cultura, turismo, economia e saúde emocional. Cidades que reconhecem o valor da arte tendem a criar ambientes mais inclusivos e participativos, nos quais a diversidade cultural é respeitada e incentivada. Além disso, os exemplos analisados revelaram que o investimento em cultura não deve estar restrito aos grandes centros urbanos, mas deve ser compreendido como uma necessidade também nas cidades de menor porte, que enfrentam desafios específicos quanto ao acesso a bens e serviços culturais.

O percurso metodológico da pesquisa de caráter qualitativo, bibliográfico e comparativo possibilitou não apenas a sistematização teórica do tema, mas também a construção de um olhar sensível às particularidades de cada território estudado. As diferentes experiências analisadas mostram que não existe uma fórmula única para o sucesso cultural de uma cidade, mas sim a necessidade de reconhecer e trabalhar com os potenciais locais, respeitando os contextos históricos, sociais e econômicos de cada comunidade.

Como desdobramento desta pesquisa, considera-se relevante o aprofundamento de estudos que avaliem de forma mais sistemática os impactos econômicos e sociais de políticas culturais voltadas às Belas Artes. Também se sugere a realização de pesquisas de campo em cidades brasileiras que estejam implantando ou consolidando centros culturais de base comunitária, com o intuito de compreender os desafios práticos da gestão cultural em contextos locais. Outra possibilidade de extensão deste trabalho seria investigar a relação entre arte e saúde mental, especialmente em comunidades marcadas por altos índices de exclusão ou vulnerabilidade social.

Com base nas reflexões teóricas apresentadas e na metodologia adotada, a análise dos resultados aponta para um panorama consistente: a presença das Belas Artes em pequenas e médias cidades exerce um papel estruturante no desenvolvimento cultural, social e econômico dessas localidades. As experiências observadas em diferentes contextos urbanos revelam que, quando a arte é incentivada através de políticas públicas, formação profissional e equipamentos culturais, os resultados vão muito além do simbólico, gerando transformações tangíveis nas dinâmicas sociais e territoriais.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. F.; FERREIRA, L. M. **Arte pública e identidade urbana em centros históricos**: estudo de caso de Paraty (RJ). Revista Brasileira de Gestão Cultural, v. 12, n. 2, p. 112–128, 2021.

ANZOLIN, Helena; LIMA, Roberto. **Arte, planejamento urbano e resiliência**: o papel das instituições culturais nas cidades contemporâneas. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 12, n. 3, p. 145–162, 2023.

BARBOSA, Eduardo et al. Cidades criativas e seus distritos: estratégia central para o desenvolvimento urbano e social. Cadernos Metr pole, v. 22, n. 1, p. 113–133, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CASTRO, A. P.; BENINI, E. G. **Contribuições para a economia criativa de base territorial**: um quadro analítico multidimensional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 20, n. 3, 2024.

CLOSS, Andréa; ROCHA DE OLIVEIRA, Maria. **A economia criativa enquanto prática de espaço no contexto das políticas urbanas no Sul global**. *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 4, p. 657–674, 2018.

FERREIRA, Ana; ALMEIDA, Carlos. **O acesso de alunos de escolas públicas a equipamentos culturais e seus impactos nos hábitos culturais**. *Educação em Revista*, v. 37, n. 2, p. 110–125, 2021.

FLORIDA, Richard. **The rise of the creative class**: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life. New York: Basic Books, 2002.

FUNDAÇÃO FESTIVAL LITERÁRIO INTERNACIONAL DE PARATY. **Relatório de Impacto Econômico e Cultural FLIP 2023**. Paraty: FLIP, 2023.

FUNDAÇÃO FESTIVAL LITERÁRIO INTERNACIONAL DE PARATY. **Sobre a FLIP. Paraty**: FLIP, 2025.

GUIA CULTURAL. **O espaço da cultura**: guia cultural do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura, 2023.

IBGE. **Estimativas da população residente com data de referência em 1º de julho de 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LANDRY, Charles. **The creative city**: a toolkit for urban innovators. 2. ed. London: Routledge, 2008.

MATARAZZO, A. **Distritos criativos urbanos**: estratégias e impactos. *Revista de Políticas Culturais*, v. 8, n. 1, p. 22–40, 2020.

MOREIRA, D. C.; SILVA, J. R. **Arte e comunidades vulneráveis**: inclusão cultural no Brasil. *Revista de Cultura e Desenvolvimento*, v. 12, n. 2, p. 45–68, 2021.

NECO. **Desenvolvimento e potencial de clusters criativos para as cidades médias brasileiras**. Curitiba: NECO, 2010. p. 89–107.

PEREIRA, Marcos; COSTA, Fabiana; LIMA, Paulo. **Análise de clusters criativos em municípios médios brasileiros**: padrões e potencialidades. *Revista Brasileira de Gestão Cultural*, v. 11, n. 3, p. 89–105, 2019.

PREFEITURA DE OURO PRETO (MG). **Eventos turísticos e culturais. Ouro Preto**: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA (RJ). **Plano Municipal de Cultura de Valença**: diagnóstico e diretrizes 2017–2020. Valença: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2017.

SANTOS, A. C.; OLIVEIRA, V. P. **Gastronomia literária e economia local: roteiros temáticos em Paraty**. Cadernos de Turismo e Gastronomia, v. 5, n. 1, p. 45–63, 2019.

SANTOS, Janio. **Entre as médias e pequenas**: a dinâmica das cidades sub regionais da Bahia. Geop, Salvador, v. 21, n. 3, p. 58–75, 2022.

SANTOS, Ana; SILVA, Juliana. **Indústrias criativas no Brasil**: mapeamento de aglomerações em municípios médios. Revista Brasileira de Economia Criativa, v. 3, n. 2, p. 45–62, 2021.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. **As políticas culturais brasileiras na contemporaneidade**: mudanças institucionais e modelos de agenciamento. Sociedade e Estado, v. 29, n. 1, p. 199–218, 2014.

TEIXEIRA, Lusvânio Carlos et al. **Relação entre equipamentos e políticas culturais** dos municípios de Minas Gerais e a captação de recursos via Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Interações, Campo Grande, v. 22, n. 2, p. 405–419, 2021.

TRINDADE, Sérgio; ANDRADE, Maria. **A infraestrutura de equipamentos culturais e a difusão da cultura nas cidades brasileiras**. Cadernos de Cultura e Sociedade, v. 5, n. 1, p. 1–15, 2001.

UNESCO. **Ouro Preto**. In: Lista do Patrimônio Mundial. Paris: UNESCO, 1980.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP. **Programas de Extensão**: oficinas de pintura colonial, gravação em metal e música barroca. Ouro Preto: UFOP, s.d.